

Ulysses recebe vaias durante ato no Congresso

Substitutivo passará por exame prévio

O primeiro esboço do substitutivo ao Projeto de Constituição do relator, deputado Bernardo Cabral, (PMDB-AM) será submetido previamente, segunda-feira, aos ministros e às principais lideranças do PMDB. Cabral prefere chamar o encontro de «troca de idéias», mas o líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, (PMDB-SP) garante que se trata do esboço do substitutivo, que será avaliado pelos ministros Bresser Pereira, Raphael de Almeida Magalhães, Almir Pazzianotto e Marcos Freire, pelos líderes do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, da Constituinte, senador Mário Covas e pelo presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, entre outros.

Cabral justifica a reunião de segunda-feira como uma necessária conversa prévia com as lideranças de seu partido, antes da apresentação de seu esboço às demais lideranças da Constituinte, marcada para o dia 20.

Hoje, às 10 horas, o relator recebe as sugestões do Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa, com algumas propostas de pontos polêmicos em acordo com o Grupo do Consenso, formado em torno do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR).

Parlamentarismo
O parlamentarismo — mais puro do que está no Projeto de Constituição atual — será mesmo a proposta sobre Sistema de Governo constante do substitutivo de Cabral. A informação é do senador Fernando Henrique Cardoso, um dos relatores — adjuntos que participou ontem da reunião com Cabral, no escritório improvisado no Banco do Brasil. Cardoso indicou a emenda apresentada pelo senador Afonso Arinos, como um possível modelo para o substitutivo, mas Cabral não confirmou a escolha. Pelo parlamentarismo proposto por Arinos, o presidente da República nomeia o Primeiro-Ministro, após consulta aos partidos majoritários do Congresso Nacional, e por indicação deste, aprova e nomeia os demais ministros. A emenda prevê ainda as moções de confiança e de censura pela Câmara dos Deputados. A moção de censura só implica em exoneração do Primeiro-Ministro se a Câmara eleger, em 48 horas, por maioria absoluta, o sucessor do chefe do Governo. Se no entanto for comprovada a impossibilidade de constituir-se novo Governo por falta de apoio parlamentar, o Presidente tem o poder de dissolver a Câmara e convocar novas eleições.

Segundo Cardoso, o trabalho do relator e dos relatores adjuntos será o de estabelecer parâmetros entre cinco textos existentes: o do próprio relator, dois preparados pela assessoria da Câmara e pela Assessoria do Senado, o texto resultante do acordo entre o Grupo dos 32 e o Grupo do Consenso, chamado de «Projeto Hércules» e um texto preparado por José Afonso da Silva, assessor de Covas e professor de direito da USP. Ele garante, no entanto, que as sugestões do Hércules terão um peso muito grande, por representarem a maioria dos parlamentares.

Reforma Agrária
Se o relator optar por acatar as sugestões do «Hércules», o seu substitutivo viabilizará a Reforma Agrária, na opinião de Cardoso. A proposta mais próxima do consenso é a que prevê a imissão imediata da posse, com a ressalva da desapropriação poder ser contestada na Justiça.

Outro ponto polêmico praticamente fechado pelos dois grupos de trabalho é a anistia para os chamados praças de pré-isto é, soldados, cabos e sargentos — que podem ser promovidos até o posto de Capitão, mas não são reintegrados ou indenizados, passando para a reserva remunerada. Essa proposta foi levada aos grupos pelo senador José Agripino Maia e segundo Cardoso é a mais viável. Outro ponto já decidido é a transformação do Superior Tribunal Federal em Corte Constitucional.

Educação é debatida por constituintes

Os constituintes discutirão na sessão extraordinária de hoje à noite o tema Educação. O anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) contempla o tema com 13 artigos, detalhando, principalmente, a participação do Estado no ensino.

Os artigos mais polêmicos são o 379 e o 381. O artigo 379 estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% e os estados e municípios 25%, no mínimo, de suas receitas, resultantes de impostos, na manutenção do ensino. As forças conservadoras são contra esse artigo por considerarem que os estados e municípios não suportarão depender tantos recursos para o ensino.

Mas é no artigo 381, que prevê que as verbas públicas serão destinadas exclusivamente às escolas públicas, salvo em casos excepcionais, que está a maior polêmica. A esquerda não abre mão desse artigo e a direita acha que o Estado não pode deixar de ajudar as escolas privadas.

O presidente da Constituinte, Câmara e PMDB, deputado Ulysses Guimarães, foi vaiado ontem por mais de duas mil pessoas que ocuparam o salão negro do Congresso Nacional para participar do ato de entrega de 18 emendas populares. Por dez minutos, os manifestantes gritavam palavras de ordem, como «traidor» e «puxa-saco do Sarney», impedindo Ulysses de falar no pânico improvisado pela Comissão Nacional pró-participação popular na Constituinte. Estavam no pânico o presidente do PT, deputado Luís Ignácio Lula da Silva, e o presidente da CUT, Jair Meneghelli, que fizeram uma série de apelos para que os manifestantes parassem com os ataques.



O episódio foi repudiado por lideranças partidárias na Constituinte. O líder do PCB, deputado Roberto Freire, afirmou «que não se pode admitir mais esse tipo de manifestações organizadas por partidos que querem se promover», acrescentando que «quem estragou a festa foi o PT». Já as lideranças do PDT, PC do B e PT acharam que a reação do público «é uma demonstração do desgaste e ineficiência do atual Governo», como afirmou o deputado José Genoíno (PT-SP). O líder do PC do B, Haroldo Lima, lamentou no entanto que fosse envolvido nessa revolta o deputado Ulysses Guimarães, «que tem uma importância muito importante na política do País».

Caravanas vêm de todo País

Mais de três mil pessoas participaram da solenidade de entrega das assinaturas que garantem a participação popular na elaboração da nova Constituição. Os manifestantes chegaram em caravanas organizadas em todos os Estados e começaram a ocupar o gramado do Congresso Nacional às 13h00. O forte calor da tarde não desanimou velhos, jovens e crianças, que acabaram transformando o ato num grande carnaval.

As assinaturas foram colhidas por uma coordenação nacional, composta por 54 entidades, que também foi responsável pela organização da manifestação de ontem. Os discursos e shows deveriam ter precedido a entrega dos pacotes das assinaturas a Ulysses Guimarães, mas uma série de imprevistos acabou atrasando toda a programação.

As caravanas chegaram ao Congresso e esperaram sob um sol muito quente, o início da solenidade. A falta de energia no pânico impediu que o ato público tivesse início. As 14h30, o povo se encartegou de começar a festa gritando palavras de ordem, e improvisando um pequeno carnaval, que acabou dentro do salão negro do Congresso Nacional, onde Ulysses

O deputado Ulysses Guimarães foi convidado na segunda-feira, pela Comissão Nacional pró-participação popular na Constituinte, para participar do ato público. O presidente da Constituinte, que passou todo o dia de ontem recebendo representantes de entidades da sociedade, que levaram emendas à Constituinte, quebrou a rotina de sua agenda saindo do gabinete para ir ao salão negro onde estavam os manifestantes. Antes da sua chegada foi improvisado um pânico.

Assim que chegou ao salão, Ulysses Guimarães recebeu as primeiras vaias que logo foram acompanhadas pelo coro «um, dois, três, puxa-saco do Sarney». O deputado Lula da Silva e o presidente da CUT, Jair Meneghelli, insistiram para que Ulysses tomasse lugar no pânico. Meneghelli, inclusive, comentou em seu ouvido: «Sempre que olham para o senhor lembram da campanha das diretas».

Sem conseguir falar, o deputado Ulysses Guimarães cumprimentou os companheiros de pânico e se retirou do salão negro sendo chamado de «traidor». Em seguida comentou que «as manifestações de apoio ou desaprovação são naturais em uma democracia». Para ele, o mais importante foi a demonstração da mobilização popular na Constituinte.

O presidente do PMDB comentou a emenda da reforma agrária que obteve 1 milhão e 200 mil assinaturas. Na sua opinião, «esse é o reflexo da mobilização popular em torno da Constituinte». Ulysses preferiu não comentar o conteúdo das propostas, mas garantiu que todas serão consideradas e levadas a plenário, onde será avaliado o mérito.

Caravanas vêm de todo País
Ulysses Guimarães recebeu as emendas populares.

Início

Depois da entrega das assinaturas, a pedido do presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio da Silva, os manifestantes retornaram ao gramado do Congresso, onde finalmente foi dado início ao ato público. O primeiro a falar foi justamente Lula, que exaltou «a coragem de toda gente que veio a Brasília com dificuldade, e que merece um cuidado especial de todos os constituintes». Lula advertiu, no discurso, que «dos 559 parlamentares eleitos mais de 400 estão a serviço do poder econômico». Esses políticos foram chamados por Lula de «Xuxa», porque na época da eleição mandavam beijinhos para o povo. «e hoje em dia, dizem apenas tchau, tchau».

Depois de Lula, políticos de vários partidos fizeram uso da palavra. Pelas centrais sindicais, falou Jair Meneghelli, que defendeu a greve geral, marcada para o dia 20, e disse estar confiante no seu sucesso, principalmente depois do abono de Cz\$ 250,00 oferecido pelo Governo, para compensar o aumento das passagens.



Aldo Arantes (PC do B), Lula e Meneguelli (PT), ao lado de Ulysses, tentam conter as vaias

Emendas populares podem chegar a 80 no encerramento do prazo

A Comissão de Sistematização recebeu ontem, a um dia do encerramento do prazo para entrega de emendas populares, mais de 35 propostas. Agora o total de emendas é de 71 e os funcionários acreditam que hoje ainda deverão ser apresentadas pelo menos outras dez propostas populares. Só a Comissão Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte — que transformou o dia 12 agosto no dia nacional de entrega de emendas — apresentou 18, com mais de 30 mil assinaturas, e outras oito que até ontem os organizadores ainda não sabiam se tinham alcançado o número de assinaturas exigido pelo Regimento Interno da Constituinte.

A emenda que atingiu o maior número de assinaturas foi a da reforma agrária, inscrita por mais de 1,2 milhão de pessoas. Nos relatórios da secretaria da Assembléia Nacional Constituinte, a proposta que defende a reforma agrária foi dividida em duas partes, porque a Comissão dos Sem-Terra incluiu três artigos que não estão previstos na proposta da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Assim, estão inscritas duas propostas distintas: a dos sem-terra, com 653 mil assinaturas, e a da Contag, com 550 mil.

Outras emendas apresentadas em separado foram da garantia dos direitos dos trabalhadores e a da organização sindical. As duas juntas somam 492 mil assinaturas. Também foi encaminhada ontem a emenda promovida pela CUT e pelo PT estabelecendo eleições diretas para a Presidência da República 60 dias após a promulgação da nova Constituição. Segundo representantes da CUT a emenda ultrapassou 50 mil assinaturas, mas esse número só poderá ser confirmado hoje, quando a secretaria de emendas populares fizer a conferência.

Monarquia e aborto
Duas emendas chamaram a atenção de todas as pessoas que circularam ontem no Congresso Nacional. A primeira prevê a restauração do regime monárquico no Brasil. Apresentada pelo Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos do Rio Grande do Sul e por outras duas entidades, a proposta tem 42 mil assinaturas e estabelece a realização de um plebiscito no dia 15 de novembro de 1993, no qual o eleitorado poderá escolher entre os regimes republicano presidencialista ou parlamentarista e o monárquico parlamentar.

A emenda que legaliza o aborto foi a segunda mais comentada no Congresso. Com faixas e cartazes, mais de 20 mulheres cantavam, na frente da secretaria, «mamãe eu quero, mamãe eu quero abortar». Acompanhadas pelas deputadas Cristina Tavares (PMDB-PE), Lidice da Mata (PC do B-BA) e Moema São Thiago (PDT-CE), elas apresentaram a proposta com mais de 32 mil assinaturas. O texto prevê a liberdade do aborto até o terceiro mês de gestação, em qualquer circunstância, sendo o responsável pela prática o Instituto Nacional de Previdência Social (INAMPS).

Novos estados
A redivisão territorial voltou com toda a força na fase de emendas populares. Depois da emenda que cria os Estados de Tocantins (GO) e do Iguazu — desmembramento do oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná —, 202.577 eleitores mineiros pediram a criação do Estado do Triângulo — sul de Minas Gerais. A proposta foi levada à Constituinte pelo deputado Chico Humberto (PDT-MG), que só foi derrotado no relatório de José Richa, na Comissão de Organização do Estado. Na região a ser criada existem 900 mil eleitores e para o deputado o acolhimento da proposta por 202 mil representa uma «vitória representativa».

Lula defende estabilidade nas empresas

A estabilidade no emprego foi o principal tema debatido na primeira parte da sessão extraordinária de ontem da Constituinte. O deputado Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores, empolgou os parlamentares que assistiam com grande interesse o seu discurso.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) «puxou» os aplausos ao líder petista quando este dizia que a constituinte não é um brinquedo com o qual poucos podem brincar. Lula disse ainda que num levantamento realizado na empresa automobilística, nos últimos dez anos, foi detectado que ele empregou 125 mil trabalhadores e que nesse mesmo período ele conseguiu demitir 195 mil. Com esses dados sobre a rotatividade da mão-de-obra, Lula disse que é preciso garantir o nível de emprego dos trabalhadores brasileiros.

Tanto Lula como o deputado Afif Domingos (PL-SP) foram unânimes em criticar a forma como a estabilidade no emprego foi tratada no projeto de Constituição. Afif Domingos defende instrumentos que impeçam as demissões imotivadas do trabalhador; Lula defende formas de garantir o trabalhador no emprego e o nível de emprego.

Para Afif, estipular a jornada de trabalho para o Brasil em 40 horas semanais é loucura. Ele quer a negociação dos sindicatos com os empregadores. Já o deputado Luiz Ignácio quer que essa jornada esteja assegurada na Constituição.

Pró-diretas entrega proposta

Uma emenda de plenário fixando eleições diretas para presidente em novembro de 88 será entregue hoje ao presidente da constituinte, deputado Ulysses Guimarães, às 14h30, pela Executiva Nacional da Campanha Pró-Diretas. A emenda substitutiva, com pedido de votação em destaque, é inscrita pelo vice-líder do PMDB, senador Afonso Camargo, e pelos líderes Brandão Monteiro (PDT), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Haroldo Lima (PCdoB), Jamil Haddad (PSB) e vários parlamentares.

A solenidade de entrega da emenda, a ser realizada no Salão Verde do Congresso Nacional, será prestigiada por várias entidades sindicais, entre elas CUT, Andes, Fenaj, UNE, Ubes e Conan. No horário de comunicação de lideranças, na sessão matutina da Constituinte, os cinco partidos que sustentam o movimento farão uma convocação prévia aos constituintes para o ato de entrega a Ulysses da emenda suprapartidária pelas eleições diretas.

Na justificativa da emenda substitutiva ao artigo 458 da atual Constituição, os líderes progressistas advertem que a Constituinte «não pode voltar suas costas para a vontade do povo. Portanto, deve aprovar um dispositivo que garanta esse legítimo direito, no prazo de tempo mais curto possível». Ainda nas justificativas, o Pró-Diretas 88 considera que o mandato do presidente Sarney, eleito pelo Colégio Eleitoral para um governo de transição, se esgota com a promulgação da nova Carta Magna do País. «Nesse sentido, deverão ser realizadas eleições diretas, como vontade expressa da ampla maioria dos brasileiros», afirma o documento.

Durante reunião da Executiva Nacional da Campanha Pró-Diretas 88, realizada na manhã de ontem na biblioteca da Câmara, foi reelaborado o novo calendário dos comícios nas principais capitais do país. Assim, os próximos comícios serão realizados em Salvador (28/8), Belo Horizonte (4/9), Maceió (5/9), Aracaju (6/9), Porto Alegre (11/9), Natal (19/9), Fortaleza (20/9), Goiânia (23/9), Rio de Janeiro (25/9) e São Paulo (4/10).

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, revelou que na próxima semana visitará o governador Waldir Pires, da Bahia, e pedirá apoio para o comício em Salvador. «Ainda que ele não suba no pânico, mas que dê o seu apoio político», frisou. Em contrapartida, o líder comunicou o irrestrito apoio à campanha, já comunicado à Executiva Nacional, do governador de Alagoas, Fernando Collor, e dos prefeitos Jackson Barreto (Aracaju), Alceu Collares (Porto Alegre) e Maria Luíza Fontenelle (Fortaleza).

Durante a reunião ficou decidido também que todos os próximos comícios patrocinados pela Executiva Nacional do Pró-Diretas serão dirigidos por uma comissão pluripartidária credenciada. Outra resolução será a elaboração de um comunicado a todas as «estrelas» partidárias — Brizola (PDT), Lula (PT), Covas (PMDB) e Freire (PCB) — para que seja evitada a discussão de pontos divergentes, como o sistema de governo, centralizando os enfoques no pânico sobre questões como a análise do Plano Bresser, a dívida externa, eleições diretas e a elaboração de uma Constituição democrática e progressista.

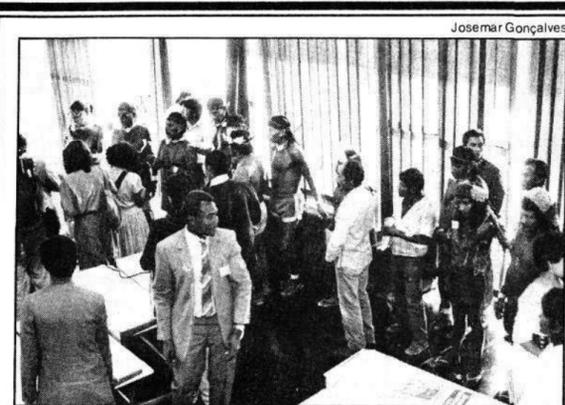
Covas obtém apoio de 80 mil

O senador Mário Covas (PMDB-SP) entrega hoje, às 18h45, ao deputado Ulysses Guimarães a emenda popular que estabelece eleições diretas para a Presidência da República em 15 de novembro de 1987. Até o início da tarde de ontem, haviam sido computados 80 mil assinaturas de apoio, o que para o senador é «um número muito significativo para um trabalho de uma semana». Covas acredita que até o final da tarde de hoje as 100 mil assinaturas sejam alcançadas, já que estão sendo esperados formulários de vários Estados do País.

A entrega será realizada na sala de reuniões da liderança do PMDB na Constituinte (antiga Comissão de Relações Exteriores). Covas fez o convite ao deputado Ulysses Guimarães depois do incidente ocorrido no Salão Negro do Congresso Nacional, onde o presidente

da Constituinte foi chamado por dois mil manifestantes de «traidor» e «puxa-saco do Sarney». O líder peemedebista lamentou o episódio, afirmando que a participação popular na Constituinte «deveria ser motivo de festa e não de agressões».

Satisfação
O senador Mário Covas está satisfeito com os resultados obtidos na campanha de coleta de assinaturas para a proposta promovida por ele, pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj). Comparando-a à emenda da reforma agrária, Covas lembrou que a Contag iniciou a coleta de assinaturas em fevereiro, enquanto ele «estava na semana passada lançando, no Viaduto do Chá, a emenda das diretas 88».



Josemar Gonçalves

Índios querem a sua parte

Índios das tribos Yanomami, Wapichama, Macuchi, Craó, Xavante, Canoeira, Pataxó e Cariri também vieram a Brasília entregar 50 mil assinaturas à emenda constitucional que garante o direito ao usufruto do solo, subsolo e das riquezas minerais de suas terras. Acompanhados por Jorge Terena, da Assessoria para Assuntos Indígenas do Ministério da Cultura, estiveram também no Comitê de Imprensa da Câmara, onde explicaram a sua missão. As assinaturas foram co-

lhidas em todo o País pela União das Associações Indígenas. Ontem, os índios vestiram sua indumentária tradicional, pintaram o corpo com tinta vermelha, usada nas batalhas, e vieram defender seus direitos no Congresso Nacional. Os representantes indígenas trabalharam junto com a Coordenação Nacional das Entidades Nacionais, que organizou a entrega de todas as emendas para ontem, um dia antes de se encerrar o prazo para entrega.

Reitores defendem recursos vinculados

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras enviou telex, ontem, aos constituintes, em defesa da vinculação de recursos orçamentários à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. «O princípio da vinculação definirá a educação como prioridade nacional. Sua exclusão representa um retrocesso num País onde 87% das crianças não conseguem concluir a escolaridade».

O Conselho lembra ainda que, «nos períodos em que as constituintes não obrigaram este período, entre 1937 e 1967, as dotações para a educação decresceram consideravelmente». Segundo ainda o documento, a futura Constituição deve consagrar, «no mínimo, os percentuais propostos pela Subcomissão de Educação Cultura e Esportes», que são de 18% para a União e de 25% para os estados e municípios.

Fruet quer órgãos do Rio em Brasília

Nos próximos dez anos os 157 órgãos federais que ainda funcionam no Rio de Janeiro serão instalados em Brasília. E o que determina a emenda que o deputado Maurício Fruet (PMDB-PR) está apresentando à Assembléia Nacional Constituinte. A proposta é do jornalista Fernando Tolentino, que a defendeu na campanha de 1986, argumentando que «a permanência dos órgãos na antiga capital implica na manutenção, pela União, da ponte aérea».

Entre outras despesas que o Governo tem coberto, o jornalista cita o custeio de representações do STF, da Câmara e do Senado. Lembra também que a subtração de recursos do Distrito Federal, caracterizada pela permanência desses órgãos no Rio, é responsável pela dependência do DF em relação a União.



Líder do PT quer 40h semanais